PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

Controladoria Geral do Município

Relatório sobre a Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Janeiro a Dezembro 2021

29/03/2022

1. Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Constituição da República, artigos 31 e 74, e no Regimento Interno Ato nº. 19/2017, artigos 94 a 96, a Controladoria Geral do Municipal (CGM) apresenta o Relatório sobre a Execução Orçamentaria, Financeira e Patrimonial, referente ao exercício financeiro de 2021.

As informações que permitem a análise dos resultados acumulados no exercício de 2021 foram originadas dos Relatórios e Balanços produzidos pela Secretária Municipal de Fazenda, através da empresa **PILLARES CONTABILIDADE CONSULTORIA E ASSESSORIA S/S LTDA,** responsáveis pelas informações aqui apresentadas.

Como ferramenta de tecnologia de informação para processamento dos fatos contábeis, licitação, transferência de arquivos para portal da transparência e afins, o município utiliza o software "ASPEC" através de contrato com a empresa ASP – Automação, Serviços e Produtos de Informática Ltda., para prestação de contas junto ao TCM – PA, utilizados por esta Controladoria para geração dos resultados expostos.

Efetuamos o Relatório de acompanhamento da Execução Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021 da Prefeitura Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, que têm sua Estrutura Administrativa: 24 (vinte e quatro) Secretarias, 16 (dezesseis) Fundos Especiais: Fundo Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Protagonismo Juvenil, Fundo Municipal de Criança e Adolescente, Fundo Municipal de Educação – FME, Fundo Municipal de Saúde – FMS, Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FMHIS, Fundo Municipal dos Direitos da Mulher, Fundo Municipal de para Gestão da Movimentação Dos Recursos do FUNDEB, Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo de Parauapebas – FUNTUR, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Fundo Especial de Custeio de Iluminação Pública – FECIP, Fundo Municipal de Regularização Fundiária – FMRF, Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência de Parauapebas – FMDPDP, Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN também o PROSAP – Projetos Especiais de Capacitação de Recursos e Gestão de Convênios e Secretaria Municipal de Educação.

Este Relatório tem como objetivo fundamental, levar ao conhecimento das autoridades competentes, do controle externo e da sociedade, informações adicionais e simplificadas da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, a partir da execução do orçamento e da Avaliação da Gestão Administrativa, nos seus aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional, assim, pode se constituir um instrumento auxiliar em nível gerencial a fim de conduzir a gestão pública municipal, tornando-a essencialmente, voltada para o atendimento dos interesses coletivos.

2. Planejamento

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal.

O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal.

2.1. Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

> Art. 165
> [...]
> § 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:
> I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
> II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
> III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º:

> Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:
> I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
> II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
> III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:
> a) (VETADO)
> b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2021 fora aprovado pela Lei Municipal nº 4.934/2021, o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

O Projeto do Orçamento Anual do Município, para o exercício em exame foi encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o mesmo ao Poder Executivo para sanção, resultando na Lei Municipal nº 4.934 de 14/01/2021, cumprindo na Lei Orgânica do Município.

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita e fixou a despesa em **R$ 1.870.000.000,00 (um bilhão oitocentos e setenta milhões de reais).**

3. Orçamento Fiscal

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 4.934/2021, estimou a Receita em **R$ 1.823.864.500,00** (um bilhão, oitocentos e vinte e três milhões oitocentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais) e despesa em **R$ 1.509.142.030,00** (**um bilhão quinhentos e nove milhões cento e quarenta e dois mil e trinta reais)** para o exercício em exame.

A Receita do Orçamento de Seguridade Social foi estimada e fixada em **R$ 46.135.500,00 (quarenta e seis milhões cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais)** e despesa em **R$ 360.857.970,00 (trezentos e sessenta milhões oitocentos e cinquenta e sete mil e novecentos e setenta reais).**

O recurso para a dotação "Reserva de Contingência" foi orçada em **R$ 9.565.255,00 (nove milhões quinhentos e sessenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco centavos)**, que corresponde a cerca de **0,511%** do orçamento.

3.1. Créditos Orçamentários e Adicionais

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor Fixado (R$)	Valor Executado (R$)
Suplementares	2.643.245.859,42	2.473.846.037,82
Especiais	16.000.000,00	15.155.940,55
(=) Créditos Autorizados	**2.659.245.859,42**	**2.489.001.978,37**
Fonte: Balanço Orçamentário - Consolidado		

4. Execução Orçamentária

4.1. Apuração do Resultado Orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

	Previsão/Autorização	Execução	Diferenças
RECEITA	R$ 1.870.000.000,00	R$ 2.825.000.137,45	R$ 955.000.137,45
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	R$ 1.870.000.000,00	R$ 2.489.001.978,37	R$ 619.001.978,37
Superávit de Execução Orçamentária		**R$ 335.998.159,08**	
Fonte: Balanço Geral: Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas			

4.1.1. Resultado Consolidado

O resultado orçamentário consolidado apresentou um Superávit de execução orçamentaria de **R$ 335.998.159,08** representando **11,89%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame.

4.1.2. Análise do Resultado Orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios. A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do quociente de resultado Orçamentário do Município de Parauapebas nos últimos 04 anos:

ITENS / ANO		2018	2019	2020	2021
1	Receita realizada	R$ 1.155.869.160,84	R$ 1.598.629.782,32	R$ 2.039.056.713,63	R$ 2.825.000.137,45
2	Despesa executada	R$ 1.134.639.644,56	R$ 1.544.757.955,03	R$ 1.952.983.524,48	R$ 2.489.001.978,37
QUOCIENTE		**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,03	1,04	1,13
Fonte: Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Consolidado					

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentaria. Quando esse indicador for **superior** a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi **superavitário** (receitas superiores às despesas).

4.2. Receita

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas. A receita arrecada do exercício em exame atingiu o montante de **R$ 2.825.000.137,45,** equivale a **133,81%** da receita orçada.

4.2.1. Receita por Subcategoria Econômica

As receitas por subcategoria econômica e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecada, são assim demonstradas:

RECEITA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA	2018		2019		2020		PREVISTA 2021	
	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%
Receita Tributária	R$ 179.430.316,69	15,52	R$ 184.324.649,63	11,53	R$ 248.944.124,00	12,21	R$ 209.900.000,00	11,22
Receita de Contribuições	R$ 12.899.514,01	1,13	R$ 20.464.242,44	1,28	R$ 26.042.349,78	1,28	R$ 22.000.000,00	1,18
Receita Patrimonial	R$ 1.403.009,97	0,12	R$ 15.012.704,86	0,94	R$ 1.357.858,72	0,07	R$ 2.314.000,00	0,12
Receita de Serviços	R$ 8.701.305,17	0,75	R$ 8.485.274,39	0,53	R$ 8.239.135,54	0,40	R$ 10.000.800,00	0,53
Transferências Correntes	R$ 1.034.298.644,78	89,48	R$ 1.464.548.435,06	91,61	R$ 1.772.512.240,34	86,93	R$ 1.614.081.500,00	86,31
Outras Receitas Correntes	R$ 11.123.299,90	0,96	R$ 10.290.434,67	0,64	R$ 14.991.139,50	0,74	R$ 15.963.700,00	0,85
Operações de Crédito – Empréstimos Tomados	R$ -		R$ -		R$ 79.088.017,13	3,88	R$ 110.000.000,00	5,88
Alienação de Bens	R$ 8.343,95	0,00	R$ 720.960,00	0,05	R$ 16.640,00	0,00	R$ -	0,00
Amortização de Empréstimos	R$ 890.174,34	0,08	R$ 1.281.530,91	0,08	R$ 1.178.007,83	0,06	R$ 1.500.000,00	0,08
Transferências de Capital	R$ 3.058.696,56	0,26	R$ 1.950.269,81	0,12	R$ 6.670.490,00	0,33	R$ 2.000.000,00	0,11
Restituições de Receitas Diversas	R$ 12.951.717,65	1,12	R$ 631.949,20	0,04	R$ 128.008,25	0,01	R$ -	0,00
Deduções - FUNDEB	R$ 82.992.426,88	7,18	R$ 107.816.770,25	6,74	R$ 119.855.280,96	5,88	R$ 117.760.000,00	6,30
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	**R$ 1.155.869.160,84**	**100**	**R$ 1.598.629.782,32**	**100**	**R$ 2.039.056.713,63**	**100**	**R$ 1.870.000.000,00**	**100**
Fonte: Lei nº. 4.851/2020 e Receita Segundo as categorias econômicas e anexo - Comparativo da Rec. Orçada com a Arrecadada								

4.2.2. Análise das Receitas e Despesas Orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
RECEITAS CORRENTES	**R$ 1.874.260.000,00**	**R$ 2.936.752.337,41**	
Receita Tributária	R$ 209.900.000,00	R$ 350.174.516,58	12,4
Receita de Contribuições	R$ 22.000.000,00	R$ 27.682.594,12	0,98
Receita Patrimonial	R$ 2.314.000,00	R$ 16.430.873,77	0,58
Receita de Serviços	R$ 10.000.800,00	R$ 13.123.493,15	0,46
Transferências Correntes	R$ 1.614.081.500,00	R$ 2.516.850.595,84	89,09
Outras Receitas Correntes	R$ 15.963.700,00	R$ 12.490.263,95	0,44
RECEITAS CAPITAL	**R$ 113.500.000,00**	**R$ 27.195.190,27**	
Operações de Crédito – Empréstimos Tomados	R$ 110.000.000,00	R$ 25.921.251,10	0,92
Amortização de Empréstimos	R$ 1.500.000,00	R$ 594.905,17	0,02
Transferências de Capital	R$ 2.000.000,00	R$ 679.034,00	0,02
DEDUÇÕES DE RECEITA CORRENTE	**R$ 117.760.000,00**	**R$ 138.947.390,23**	
Restituições de Receitas Diversas	R$ -	R$ 110.182,06	0,00
Deduções - FUNDEB	R$ 117.760.000,00	R$ 138.837.208,17	4,91
TOTAL DA RECEITA	**R$ 1.870.000.000,00**	**R$ 2.825.000.137,45**	**100**
Fonte: Lei nº. 4.851/2020 e Receita Segundo as categorias econômicas e anexo - Comparativo da Rec. Orçada com a Arrecadada			

4.3. Despesas

A despesa orçamentária é aquela realizada pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por lei. **A despesa empenhada no exercício em exame do município atingiu o montante de R$ 2.489.001.978,37.**

4.3.1. Despesas por Órgão de Governo

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por órgão de Governo (Unidades Administrativas) comparando as despesas empenhadas, liquidadas e pagas.

DESPESAS POR ORGÃO DO GOVERNO			
Descrição	**Empenhadas**	**Liquidadas**	**Pagas**
Câmara Municipal	R$ 47.027.368,72	R$ 47.027.368,72	R$ 47.027.368,72
Gabiente do Prefeito	R$ 83.051.483,73	R$ 81.474.305,22	R$ 80.180.548,12
Vice Gabinete	R$ 2.375.311,28	R$ 2.311.209,31	R$ 2.291.642,17
Secretaria Mun. de Cultura	R$ 21.629.581,96	R$ 21.214.679,63	R$ 21.062.725,99
Secretaria Mun. de Desenvolvimento	R$ 29.028.030,00	R$ 28.731.195,29	R$ 28.425.945,91
Procuradoria Geral do Município	R$ 17.290.743,93	R$ 16.956.824,05	R$ 16.694.843,29
Secretaria Mun. de Esporte e Lazer	R$ 32.257.540,16	R$ 30.750.499,45	R$ 30.576.042,86
Secretaria Mun. de Administração	R$ 33.538.555,11	R$ 33.279.129,01	R$ 32.961.340,00
Secretaria Mun. de Fazenda	R$ 119.638.711,38	R$ 112.931.678,88	R$ 111.902.810,74
Secretaria Mun. de Serviços Urbanos	R$ 124.574.675,69	R$ 116.952.111,28	R$ 116.479.634,23
Secretaria Mun. de Meio Ambiente	R$ 30.588.079,88	R$ 29.905.043,39	R$ 29.525.019,03
Secretaria Mun. de Obras	R$ 286.729.154,68	R$ 260.116.469,85	R$ 259.577.096,06
Secretaria Mun. de Produção Rural	R$ 45.372.415,39	R$ 44.255.839,65	R$ 42.993.101,61
Secretaria Mun. de Educação	R$ 17.780.893,21	R$ 17.780.893,21	R$ 17.758.981,14
Fundo Mun. de Educação	R$ 199.456.335,38	R$ 199.179.634,27	R$ 198.764.955,07
Fundo Mun. de Saúde	R$ 481.531.428,61	R$ 468.747.712,78	R$ 468.292.879,37
Secretaria Mun. de Saúde	R$ 13.706.131,54	R$ 13.521.895,33	R$ 13.521.895,33
Fundo Mun. de Assistência Social	R$ 67.228.359,12	R$ 65.973.555,40	R$ 64.754.655,27
Secretaria Mun. de Assistência Social	R$ 33.586.497,08	R$ 32.731.280,30	R$ 32.648.907,38
Fundo dos Dir. da Criança e Adolescente	R$ 2.862.970,85	R$ 2.816.470,99	R$ 2.758.515,99
Fundo Mun. Meio Ambiente	R$ -	R$ -	R$ -
Fundo Mun. dos Direitos da Mulher	R$ 2.656.096,87	R$ 2.471.694,02	R$ 2.455.141,35
Secretaria Mun. dos Direitos da Mulher	R$ 8.981.395,12	R$ 8.971.038,72	R$ 8.868.574,53

Secretaria Mun. de Habitação e de Inter. Social	R$	392.017,00	R$	392.017,00	R$	392.017,00
Fundo Mun. de Habitação e de Inter. Social	R$	38.444.196,18	R$	37.176.945,62	R$	33.615.778,78
Fundo Mun. de Cultura	R$	134.750,00	R$	134.750,00	R$	134.750,00
Secretaria Mun. de Mineração, Energia Ciencia e Tec.	R$	10.670.737,59	R$	10.542.920,38	R$	10.485.877,96
Fundo Mun. da Pessoa com Deficiência	R$	90.841,53	R$	90.841,53	R$	90.841,53
Controladoria Geral do Município	R$	3.172.206,41	R$	3.118.602,57	R$	3.081.377,28
Secretaria Mun. de Seg. Instit. e Defesa do Cidadão	R$	114.854.859,72	R$	108.548.252,42	R$	107.340.930,41
Fundo Mun. Integ. e Protagonismo Juvenil	R$	1.014.034,66	R$	914.363,66	R$	914.363,66
Fundo Man. e Desenv. da Educação Básica	R$	228.940.314,99	R$	228.940.314,99	R$	225.419.731,64
Fundo de Desenvolvimento do Turismo	R$	5.336.376,54	R$	5.135.303,24	R$	5.085.503,24
Fundo Municipal da Pessoa Idosa	R$	53.265,43	R$	43.290,43	R$	43.290,43
Fundo Municipal de Regularização Fundiária	R$	-	R$	-	R$	-
Fundo Municipal de Custeio de Iluminação Pública	R$	31.909.813,18	R$	30.363.786,65	R$	30.363.786,65
PROSAP - Prog. De Saneam. Ambiental de Parauapebas	R$	132.108.219,72	R$	127.863.631,05	R$	127.838.831,05
Saaep - Serv. Aut. de Agua e Esgosto de Parauapebas	R$	94.691.862,35	R$	94.691.862,35	R$	93.462.017,89
Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN	R$	-	R$	-	R$	-
Secretaria Especial de Governo	R$	23.927.461,61	R$	20.099.116,42	R$	19.669.812,89
Secretaria Especial de Governo-Programa Mun. De Investimentos	R$	81.063.236,00	R$	80.517.782,68	R$	80.517.782,68
Secretaria Municipal de Juventude	R$	3.123.160,35	R$	3.031.414,77	R$	2.992.213,12
Central de Licitação e Contrato	R$	6.757.657,47	R$	6.439.064,81	R$	6.383.877,04
Secretaria Municipal de Turismo	R$	11.425.207,95	R$	11.313.823,35	R$	11.234.766,35
TOTAL	**R$**	**2.489.001.978,37**	**R$**	**2.407.458.612,67**	**R$**	**2.388.590.173,76**
Fonte: Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Consolidado						

Quadro comparativo entre a despesa por órgão (autorizada) e despesa e executada: 2021

DESPESAS POR ORGÃO DO GOVERNO								
Descrição	**Fixada**		**Autorizada**			**Realizada**		**Diferença (Despesa Autorizada - Realizada)**
			Creditos Orçamentários e Suplementares		**Creditos Especiais e Extraordinários**			
Câmara Municipal	R$	46.000.000,00	R$	52.866.666,70		R$	47.027.368,72	R$ 5.839.297,98
Gabiente do Prefeito	R$	53.284.347,50	R$	91.273.494,50		R$	83.051.483,73	R$ 8.222.010,77
Vice Gabinete	R$	1.533.600,00	R$	2.769.090,00		R$	2.375.311,28	R$ 393.778,72
Secretaria Mun. de Cultura	R$	13.653.600,00	R$	24.390.129,00		R$	21.629.581,96	R$ 2.760.547,04
Secretaria Mun. de Desenvolvimento	R$	23.840.985,00	R$	31.981.822,00		R$	29.028.030,00	R$ 2.953.792,00
Procuradoria Geral do Município	R$	13.632.000,00	R$	18.678.777,00		R$	17.290.743,93	R$ 1.388.033,07
Secretaria Mun. de Esporte e Lazer	R$	23.704.000,00	R$	35.294.400,00		R$	32.257.540,16	R$ 3.036.859,84
Secretaria Mun. de Administração	R$	24.000.000,00	R$	34.668.081,00		R$	33.538.555,11	R$ 1.129.525,89
Secretaria Mun. de Fazenda	R$	72.171.000,00	R$	123.326.198,00		R$	119.638.711,38	R$ 3.687.486,62
Secretaria Mun. de Serviços Urbanos	R$	81.319.111,00	R$	127.800.656,00		R$	124.574.675,69	R$ 3.225.980,31
Secretaria Mun. de Meio Ambiente	R$	10.564.800,00	R$	31.535.330,00		R$	30.588.079,88	R$ 947.250,12
Secretaria Mun. de Obras	R$	129.287.000,00	R$	289.358.485,00		R$	286.729.154,68	R$ 2.629.330,32
Secretaria Mun. de Produção Rural	R$	44.924.800,00	R$	50.304.457,00		R$	45.372.415,39	R$ 4.932.041,61
Secretaria Mun. de Educação	R$	25.408.000,00	R$	21.292.043,00		R$	17.780.893,21	R$ 3.511.149,79
Fundo Mun. de Educação	R$	245.035.200,00	R$	219.329.552,00		R$	199.456.335,38	R$ 19.873.216,62
Fundo Mun. de Saúde	R$	304.838.000,00	R$	487.573.126,00		R$	481.531.428,61	R$ 6.041.697,39
Secretaria Mun. de Saúde	R$	51.120,00	R$	13.706.381,00		R$	13.706.131,54	R$ 249,46
Fundo Mun. de Assistência Social	R$	41.579.050,00	R$	70.685.447,00	R$ 500.000,00	R$	67.228.359,12	R$ 3.957.087,88
Secretaria Mun. de Assistência Social	R$	6.236.500,00	R$	20.125.091,00	R$ 15.500.000,00	R$	33.586.497,08	R$ 2.038.593,92
Fundo dos Dir. da Criança e Adolescente	R$	7.480.000,00	R$	4.680.000,00		R$	2.862.970,85	R$ 1.817.029,15
Fundo Mun. Meio Ambiente	R$	822.400,00	R$	822.400,00		R$	-	R$ 822.400,00
Fundo Mun. dos Direitos da Mulher	R$	2.465.600,00	R$	2.905.977,00		R$	2.656.096,87	R$ 249.880,13
Secretaria Mun. dos Direitos da Mulher	R$	5.247.205,00	R$	11.116.788,00		R$	8.981.395,12	R$ 2.135.392,88
Secretaria Mun. de Habitação e de Inter. Social	R$	34.080,00	R$	412.220,00		R$	392.017,00	R$ 20.203,00
Fundo Mun. de Habitação e de Inter. Social	R$	33.047.000,00	R$	41.609.636,00		R$	38.444.196,18	R$ 3.165.439,82
Fundo Mun. de Cultura	R$	340.800,00	R$	455.600,00		R$	134.750,00	R$ 320.850,00
Secretaria Mun. de Mineração, Energia Ciencia e Tec.	R$	4.088.770,00	R$	12.125.120,00		R$	10.670.737,59	R$ 1.454.382,41
Fundo Mun. da Pessoa com Deficiência	R$	640.800,00	R$	140.800,00		R$	90.841,53	R$ 49.958,47
Controladoria Geral do Município	R$	3.067.200,00	R$	4.073.177,00		R$	3.172.206,41	R$ 900.970,59
Secretaria Mun. de Seg. Instit. e Defesa do Cidadão	R$	62.184.800,00	R$	130.443.498,00		R$	114.854.859,72	R$ 15.588.638,28
Fundo Mun. Integ. e Protagonismo Juvenil	R$	1.112.400,00	R$	1.509.282,00		R$	1.014.034,66	R$ 495.247,34
Fundo Man. e Desenv. da Educação Básica	R$	206.860.000,00	R$	241.071.147,00		R$	228.940.314,99	R$ 12.130.832,01
Fundo de Desenvolvimento do Turismo	R$	1.533.600,00	R$	5.472.054,00		R$	5.336.376,54	R$ 135.677,46
Fundo Municipal da Pessoa Idosa	R$	85.200,00	R$	85.200,00		R$	53.265,43	R$ 31.934,57
Fundo Municipal de Regularização Fundiária	R$	5.734.000,00	R$	5.734.000,00		R$	-	R$ 5.734.000,00
Fundo Municipal de Custeio de Iluminação Pública	R$	22.000.000,00	R$	34.628.455,00		R$	31.909.813,18	R$ 2.718.641,82
PROSAP - Prog. De Saneam. Ambiental de Parauapebas	R$	165.310.000,00	R$	142.041.848,00		R$	132.108.219,72	R$ 9.933.628,28
Saaep - Serv. Aut. de Agua e Esgosto de Parauapebas	R$	61.142.000,00	R$	95.775.950,72		R$	94.691.862,35	R$ 1.084.088,37
Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FMSAN	R$	10.420,00	R$	10.420,00		R$	-	R$ 10.420,00
Secretaria Especial de Governo	R$	13.224.000,00	R$	27.001.558,00		R$	23.927.461,61	R$ 3.074.096,39
Secretaria Especial de Governo-Programa Mun. De Investimentos	R$	92.289.675,00	R$	99.080.483,00		R$	81.063.236,00	R$ 18.017.247,00
Secretaria Municipal de Juventude	R$	6.098.838,00	R$	8.970.329,00		R$	3.123.160,35	R$ 5.847.168,65
Central de Licitação e Contrato	R$	2.897.000,00	R$	3.794.123,00		R$	6.757.657,47	-R$ 2.963.534,47
Secretaria Municipal de Turismo	R$	1.655.843,50	R$	12.761.312,50		R$	11.425.207,95	R$ 1.336.104,55
TOTAL	**R$**	**1.860.434.745,00**	**R$**	**2.633.680.604,42**	**R$ 16.000.000,00**	**R$**	**2.489.001.978,37**	**R$ 160.678.626,05**
Fonte: Lei nº. 4.934/2021 e Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Consolidado								

4.3.2. Despesas por Função de Governo

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Despesa por Função de Governo (Empenhado)	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%
Legislativa	R$ 28.274.106,96	2,49	R$ 36.309.087,41	2,35	R$ 44.473.360,77	2,28	R$ 47.027.368,72	1,89
Administração	R$ 161.604.137,22	14,24	R$ 226.967.314,54	14,69	R$ 279.621.062,10	14,32	R$ 454.361.435,33	18,25
Segurança Pública	R$ 24.789.822,95	2,18	R$ 34.315.242,10	2,22	R$ 41.893.848,76	2,15	R$ 82.638.681,79	3,32
Assistência Social	R$ 30.479.548,08	2,69	R$ 42.126.474,85	2,73	R$ 60.155.685,60	3,08	R$ 102.664.209,77	4,12
Saúde	R$ 251.305.439,09	22,15	R$ 307.723.739,46	19,92	R$ 367.252.862,39	18,8	R$ 481.531.428,61	19,35
Trabalho	R$ 160.342,56	0,01	R$ 34.974,95	0,02	R$ 130.292,00	0,01	R$ -	0
Educação	R$ 293.775.569,37	25,89	R$ 401.816.093,52	26,01	R$ 427.057.693,84	21,87	R$ 452.152.082,30	18,17
Cultura	R$ 8.232.416,15	0,73	R$ 12.347.703,53	0,80	R$ 14.048.248,20	0,72	R$ 21.764.331,96	0,87
Direito da Cidadania	R$ 335.982,28	0,03	R$ 1.569.565,65	0,10	R$ 2.767.794,58	0,14	R$ 2.748.880,82	0,11
Urbanismo	R$ 78.141.926,01	6,89	R$ 101.544.818,07	6,57	R$ 136.128.736,25	6,97	R$ 199.631.535,16	8,02
Habitação	R$ 16.561.742,26	1,46	R$ 61.457.631,15	3,98	R$ 36.473.869,45	1,87	R$ 75.061.213,18	3,02
Saneamento	R$ 39.725.168,32	3,5	R$ 64.493.669,85	4,18	R$ 149.958.810,14	7,68	R$ 186.748.337,41	7,5
Gestão Ambiental	R$ 3.474.997,16	0,31	R$ 3.350.025,31	0,22	R$ 3.912.971,70	0,2	R$ 11.158.676,38	0,45
Ciência e Tecnologia	R$ 129.979,96	0,01	R$ 216.773,24	0,01	R$ 133.151,72	0,01	R$ 1.863.210,55	0,07
Agricultura	R$ 14.266.523,07	1,26	R$ 13.145.796,30	0,85	R$ 13.661.287,39	0,7	R$ 22.485.268,03	0,9
Organização Agrária	R$ 31.199.878,82	2,75	R$ 17.989.342,47	1,16	R$ 21.559.934,04	1,1	R$ 91.253,32	0
Indústria	R$ 384.319,70	0,03	R$ 1.210.214,91	0,08	R$ 145.914,70	0,01	R$ 2.253.633,12	0,09
Comércio e Serviços	R$ 2.290.424,61	0,2	R$ 2.072.537,50	0,13	R$ 14.758.608,49	0,76	R$ 27.006.119,35	1,09
Energia	R$ 20.177.765,81	1,78	R$ 29.176.343,29	1,89	R$ 28.183.156,56	1,44	R$ 31.909.813,18	1,28
Transporte	R$ 104.571.312,83	9,22	R$ 137.987.860,00	8,93	R$ 237.358.050,31	12,15	R$ 192.640.899,86	7,74
Desporto e Lazer	R$ 7.429.408,20	0,65	R$ 8.563.286,68	0,55	R$ 7.157.033,59	0,37	R$ 10.021.026,34	0,4
Encargos Especiais	R$ 17.328.833,15	1,53	R$ 40.339.460,25	2,61	R$ 66.151.151,90	3,39	R$ 83.242.573,19	3,34
TOTAL	**R$ 1.134.639.644,56**	**100**	**R$ 1.544.757.955,03**	**100**	**R$ 1.952.983.524,48**	**100**	**R$ 2.489.001.978,37**	**100**
Fonte: Balanço Financeiro - Consolidado								

Quadro comparativo entre a despesa por função de governo autorizada e executada: 2021

Despesa por Função de Governo	Previsto	Executado (R$)	% Executado
Legislativa	R$ 46.000.000,00	R$ 47.027.368,72	1,89
Administração	R$ 303.500.397,00	R$ 454.361.435,33	18,25
Segurança Pública	R$ 42.875.879,00	R$ 82.638.681,79	3,32
Assistência Social	R$ 56.019.970,00	R$ 102.664.209,77	4,12
Saúde	R$ 304.838.000,00	R$ 481.531.428,61	19,35
Trabalho	R$ 691.600,00	R$ -	0
Educação	R$ 479.953.200,00	R$ 452.152.082,30	18,17
Cultura	R$ 17.999.400,00	R$ 21.764.331,96	0,87
Direito da Cidadania	R$ 6.550.346,00	R$ 2.748.880,82	0,11
Urbanismo	R$ 128.440.946,00	R$ 199.631.535,16	8,02
Habitação	R$ 59.082.080,00	R$ 75.061.213,18	3,02
Saneamento	R$ 188.242.000,00	R$ 186.748.337,41	7,5
Gestão Ambiental	R$ 3.399.200,00	R$ 11.158.676,38	0,45
Ciência e Tecnologia	R$ 665.400,00	R$ 1.863.210,55	0,07
Agricultura	R$ 32.678.800,00	R$ 22.485.268,03	0,90
Organização Agrária	R$ 152.761,00	R$ 91.253,32	0,00
Indústria	R$ 2.820.000,00	R$ 2.253.633,12	0,09
Comércio e Serviços	R$ 10.880.046,00	R$ 27.006.119,35	1,09
Energia	R$ 22.000.000,00	R$ 31.909.813,18	1,28
Transporte	R$ 93.262.000,00	R$ 192.640.899,86	7,74
Desporto e Lazer	R$ 19.617.018,00	R$ 10.021.026,34	0,4
Encargos Especiais	R$ 40.765.702,00	R$ 83.242.573,19	3,34
TOTAL	**R$ 1.860.434.745,00**	**R$ 2.489.001.978,37**	**100**
Fonte: Lei nº. 4.934/2021 e Balanço Financeiro - Consolidado/Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção			

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação a deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

4.3.3 – Demonstrativo das Despesas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de despesa

As despesas empenhadas por elementos são assim demonstradas:

Despesa por Elementos	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%
Despesas Correntes	**R$ 956.052.561,74**	**84,26**	**R$ 1.224.216.359,49**	**79,25**	**R$ 1.419.996.586,76**	**72,71**	**R$ 1.347.962.221,09**	**70,77**
Pessoal e Encargos	**R$ 525.971.990,13**	**46,36**	**R$ 573.654.814,09**	**37,14**	**R$ 711.777.905,68**	**36,45**	**R$ 626.931.827,70**	**32,91**
Aposentad. RPPS, Reserva Remun. e Reform.	R$ 127.309,15	0,03	R$ 122.872,68	0,02	R$ 125.360,95	0,02	R$ 124.260,95	0,01
Pensões do RPPS e do Militar	R$ 327.464,46	18,02	R$ 292.473,56	8,80	R$ 316.737,57	10,64	R$ 269.503,08	7,88
Contratação por Tempo Determinado	R$ 204.423.730,38	24,87	R$ 135.995.916,36	24,35	R$ 207.802.961,54	23,7	R$ 150.083.585,16	19,43
Outros Benefic. Previd. Servidor ou Militar	R$ 2.862,00		R$ -		R$ -	0,00	R$ -	0,00
Vencimentos e Vant. Fixas Pessoal Civil	R$ 282.190.941,56	24,87	R$ 376.183.103,67	24,35	R$ 462.803.419,85	23,7	R$ 370.152.038,29	19,43
Obrigações Patronais	R$ 34.275.105,23	3,02	R$ 50.201.881,62	3,25	R$ 29.530.674,10	1,51	R$ 96.359.980,53	5,06
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	R$ 4.529.431,75	0,4	R$ 10.701.491,85	0,69	R$ 11.008.369,61	0,56	R$ 6.530.717,36	0,34
Sentenças Judiciais	R$ -		R$ -		R$ 32.617,12	0,00	R$ -	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 7.811,97	0,00	R$ 62.471,83	0,00	R$ 13.473,57	0,00	R$ 3.264.292,98	0,17
Ressarcimento de Desp. de Pessoal Requis.	R$ 87.333,63	0,01	R$ 94.602,52	0,01	R$ 144.291,37	0,01	R$ 147.449,35	0,01
Juros e Encargos da Dívida	**R$ 1.330.650,01**	**0,12**	**R$ 2.150.315,08**	**0,14**	**R$ 203.773,93**	**0,01**	**R$ 4.847.519,52**	**0,25**
Juros sobre a Dívida por Contrato	R$ 1.330.650,01	0,12	R$ 2.150.315,08	0,14	R$ 203.773,93	0,01	R$ 3.673.572,04	0,19
Outros encarg. sobre a dívida por contrato	-		-		-		R$ 1.173.947,48	
Outras Despesas Correntes	**R$ 428.749.921,60**	**37,79**	**R$ 648.411.230,32**	**41,97**	**R$ 708.014.907,15**	**36,25**	**R$ 716.182.873,87**	**37,6**
Transferência à União	**R$ -**	**-**	**R$ -**	**-**	**R$ 841.015,47**	0,04	**R$ 3.190.296,97**	0,17
Contribuições	**R$ -**	**-**	**R$ -**	**-**	**R$ 841.015,47**	0,04	**R$ 3.190.296,97**	0,17
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	**R$ -**	**-**	**R$ -**	**-**	**R$ -**	**-**	**R$ 2.422.729,36**	0,13
Contribuições	R$ -	-	R$ -	-	R$ -	-	R$ 2.422.729,36	0,13
Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	**R$ 8.113.805,50**	0,72	**R$ 18.711.991,45**	1,21	**R$ 12.933.940,53**	0,66	**R$ 14.182.255,71**	0,74
Contribuições	R$ 8.113.805,50	0,72	R$ 18.711.991,45	1,21	R$ 3.090.600,03	0,16	R$ 14.182.255,71	0,74
Subvenções	R$ -	-	-	-	R$ 9.843.340,50	0,5	R$ -	0
Aplicações Diretas	**R$ 420.636.116,10**	**37,07**	**R$ 629.699.238,87**	**40,76**	**R$ 694.239.951,15**	**35,55**	**R$ 696.387.591,83**	**36,56**
Outros benef. Assist. do servidor e do mil.	R$ -	-	R$ -	-	R$ -	-	R$ 4.400,00	
Diárias - Civil	R$ 1.868.390,30	0,16	R$ 2.552.510,55	0,17	R$ 1.166.384,35	0,06	R$ 2.502.427,80	0,13
Auxílio Fardamento	R$ 681.699,55	0,06	R$ 516.373,71	0,03	R$ 519.021,50	0,03	R$ 527.749,99	0,03
Material de Consumo	R$ 58.829.064,96	5,18	R$ 84.422.787,96	5,47	R$ 76.198.508,65	3,9	R$ 55.688.839,51	2,92
Premiações Cult. Art. Cient. Desp. e Outras	R$ 42.230,85	0	R$ 116.250,00	0,01	R$ 446.300,00	0,02	R$ 288.863,60	0,02
Material, Bem ou Serv. p/ Dist. Gratuíta	R$ 5.467.462,13	0,48	R$ 7.453.142,76	0,48	R$ 8.743.856,46	0,45	R$ 2.577.362,03	0,14
Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 4.400.787,37	0,39	R$ 4.945.787,35	0,32	R$ 2.617.354,02	0,13	R$ 3.165.400,36	0,17
Serviços de Consultoria	R$ 5.639.048,59	0,5	R$ 4.314.249,00	0,28	R$ 4.558.855,94	0,23	R$ 4.210.899,30	0,22
Outros Serv. de Terceiros Pessoa Física	R$ 5.561.700,22	0,49	R$ 6.973.652,87	0,45	R$ 7.165.220,10	0,37	R$ 4.944.448,47	0,26
Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 243.880.758,05	21,49	R$ 394.264.081,50	25,52	R$ 451.911.663,82	23,14	R$ 461.954.516,76	24,25
Serv. Tecnologia Informação/Comunic. - PJ	R$ -	-	R$ 389.180,00	0,03	R$ 413.812,57	0,02	R$ 4.049.699,18	0,21
Auxílio Alimentação	R$ 67.496.712,18	5,95	R$ 69.172.333,60	4,48	R$ 90.634.777,25	4,64	R$ 80.984.418,64	4,25
Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 9.373.184,40	0,83	R$ 17.213.381,91	1,11	R$ 20.469.585,53	1,05	R$ 31.873.688,03	1,67
Outros Aux. Finan. a Pessoas Físicas	R$ 2.754.687,24	0,24	R$ 3.468.108,05	0,22	R$ 6.030.663,46	0,31	R$ 11.278.729,35	0,59
Auxílio Transporte	R$ 5.741.051,40	0,51	R$ 6.126.941,56	0,4	R$ 6.316.952,49	0,32	R$ 4.817.557,10	0,25
Setenças Judiciais	R$ 180.279,25	0,02	R$ 2.816.059,33	0,18	R$ 450.509,00	0,02	R$ 476.313,38	0,03
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 7.987.235,99	0,7	R$ 21.397.680,43	1,39	R$ 15.843.840,57	0,81	R$ 3.933.981,05	0,21
Indenizações e Restituições	R$ 731.823,62	0,06	R$ 3.556.718,29	0,23	R$ 752.645,44	0,04	R$ 23.108.297,28	1,21
Despesas de Capital	**R$ 178.587.082,82**	**15,74**	**R$ 320.541.595,54**	**20,75**	**R$ 532.986.937,72**	**27,29**	**R$ 556.844.118,90**	**29,23**
Investimentos	**R$ 169.912.481,63**	**14,98**	**R$ 297.629.570,00**	**19,27**	**R$ 473.082.999,16**	**24,22**	**R$ 496.247.990,40**	**26,05**
Transf. a Estados e ao Distrito Federal	**R$ 1.999.956,56**	0,18	**R$ 1.650.000,00**	0,11	**R$ -**	0,00	**R$ -**	0,00
Auxílios	R$ 1.999.956,56	0,18	R$ 1.650.000,00	0,11	R$ -	0,00	R$ -	0,00
Transf. a Inst. Privadas Sem Fins Lucrativos	**R$ -**		**R$ 59.873,38**	**0,00**	**R$ 19.986,00**	**0,00**	**R$ -**	**0,00**
Contribuições	R$ -		**R$ 59.873,38**	0,00	**R$ 19.986,00**	0,00	**R$ -**	0,00
Aplicações Diretas	**R$ 167.912.525,07**	14,8	**R$ 295.919.696,62**	19,16	**R$ 473.063.013,16**	**24,22**	**R$ 496.247.990,40**	**26,05**
Outros Serv. de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 1.900,00	0,00	R$ 20.117,60	0,00	R$ 4.232.185,87	0,22	R$ 5.183.816,33	0,27
Obras e Instalações	R$ 131.918.548,51	11,63	R$ 194.843.630,11	12,61	R$ 386.891.828,57	19,81	R$ 361.378.471,11	18,97
Equipamento e Material Permanente	R$ 4.589.413,51	0,4	R$ 21.236.965,77	1,37	R$ 19.622.844,70	1	R$ 11.386.056,13	0,6
Aquisição de Imóveis	R$ 31.172.453,05	2,75	R$ 66.841.802,11	4,33	R$ 40.168.950,75	2,06	R$ 98.897.651,58	5,19
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 230.210,00	0,02	R$ 12.977.181,03	0,84	R$ 19.748.062,22	1,01	R$ 14.203.242,33	0,75
Indenizações e Restituições	R$ -	-	R$ -	-	R$ 2.399.141,05	0,12	R$ 5.198.752,92	0,27
Inversões Financeiras	**R$ 1.998.200,00**	**0,18**	**R$ 1.849.500,00**	**0,12**	**R$ 14.328.000,00**	**0,73**	**R$ 10.167.000,00**	**0,53**
Concessão de Empréstimos e Financiamento	R$ 1.998.200,00	0,18	R$ 1.849.500,00	0,12	R$ 14.328.000,00	0,73	R$ 10.167.000,00	0,53
Amortização da Dívida	**R$ 6.676.401,19**	**0,59**	**R$ 21.062.525,54**	**1,36**	**R$ 45.575.938,56**	**2,33**	**R$ 50.429.128,50**	**2,65**
Principal da Dívida Contratual Resgatado	R$ 6.676.401,19	0,59	R$ 21.062.525,54	1,36	R$ 45.575.938,56	2,33	R$ 50.429.128,50	2,65
TOTAL	**R$ 1.134.639.644,56**	**100**	**R$ 1.544.757.955,03**	**100**	**R$ 1.952.983.524,48**	**100**	**R$ 1.904.806.339,99**	**100**

Fonte: Balanço Geral: Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Consolidação Geral

5. Análise Financeira

5.1. Movimentação Financeira

O artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64 estabelece que os resultados gerais do exercício, serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais (...).

No artigo 103 da mesma Lei Federal está disposto que o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil em que se confrontam, ao final do exercício (ou em um dado momento), as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. A estrutura do Balanço Financeiro permite verificar, no confronto entre receita e despesa, o resultado financeiro do exercício, bem como o saldo em espécie que se transfere para o exercício seguinte, saldo esse que pode ser positivo (superávit) ou zero (equilíbrio).

Extrai-se do Balanço Financeiro do exercício as seguintes demonstrações e resultado:

Ingressos			Dispêndios		
Receitas Orçamentária (II)	**R$**	**2.925.411.942,06**	**Despesa Orçamentária (VI)**	**R$**	**2.489.001.978,37**
Ordinária	**R$**	**2.825.000.137,45**	Ordinária	R$	2.489.001.978,37
Contrapartida	**R$**	**100.411.804,61**			
Restos a pagar	R$	100.411.804,61			
Recebimento Extraorçamentário (II)	**R$**	**281.576.163,26**	**Pagamento Extraorçamentário (VII)**	**R$**	**350.275.504,93**
Pagamentos Antecipados	R$	48.016.620,69	Pagamentos Antecipados	R$	47.902.298,73
Pagamentos a Regularizar	R$	76.347,50	Pagamentos a Regularizar	R$	77.938,06
Depósitos de Diversas Origens	R$	227.724,94	Depósitos de Diversas Origens	R$	230.054,36
Consignações	R$	233.255.470,13	Consignações	R$	253.806.812,53
			Diversos Responsáveis	R$	11.805,97
			Restos a pagar - Despesas Processadas	R$	48.246.595,28
Transferências Financeiras Recebidas (III)	**R$**	**143.490.075,03**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**R$**	**143.490.075,03**
Transferências para Unidades Gestoras Externas	**R$**	**143.490.075,03**	**Transferências para Unidades Gestoras Externas**	**R$**	**143.490.075,03**
Transferência para Câmara - PMP	R$	52.866.667,00	Transferência para Câmara - PMP	R$	52.866.667,00
Transferência para SAAEP - PMP	R$	84.784.109,75	Transferência para SAAEP - PMP	R$	84.784.109,75
Rec. Devolução de Duodécimo	R$	5.839.298,28	Rec. Devolução de Duodécimo	R$	5.839.298,28
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	**R$**	**250.503.053,34**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	**R$**	**618.213.675,36**
TOTAL (V)	**R$**	**3.600.981.233,69**	**TOTAL (X)**	**R$**	**3.600.981.233,69**
Fonte: Anexo 13 - Balanço Financeiro					

4.2. Disponibilidades Financeiras

As disponibilidades financeiras representam os valores monetários passiveis de utilização imediata, disponíveis em caixa e/ou bancos, incluídas as aplicações financeiras, decorrentes de consolidação da receita, tributária ou não-tributária, orçamentária ou extra-orçamentária.

Os demonstrativos a seguir retratam as disponibilidades:

Disponibilidades	Valor (R$)
Bancos	**R$ 618.213.675,36**
Fonte: Anexo 13 - Balanço Financeiro	

Receita Arrecadada (+)	Despesa Empenhada (-)	Superávit (=)
R$ 2.825.000.137,45	R$ 2.489.001.978,37	R$ 335.998.159,08
Fonte: Comparativo Anexo 13 - Balanço Fimanceiro e Balanço da Execução Orçamentária e Financeira - Consolidado		

6. Analise Patrimonial

A análise patrimonial consiste em demonstra a situação patrimonial existente ao final de cada exercício, em contraposição a situação existente ao final do exercício anterior, discriminando especificamente a variação da situação financeira do munícipio e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

O Balanço Patrimonial também é exigência do artigo 101 da Lei Federal n° 4.320/64, juntamente com o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais. O artigo 105 da mesma Lei Federal 4.320/64 dispõe:

> Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:
> I - O Ativo Financeiro;
> II - O Ativo Permanente;
> III - O Passivo Financeiro;
> IV - O Passivo Permanente;
> V - O Saldo Patrimonial;
> VI - As Contas de Compensação.
> § 1° O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
> § 2° O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
> § 3° O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos, independa de autorização orçamentária.
> § 4° O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
> § 5° Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil em que se evidencia, ao final do exercício (ou num dado momento), a situação patrimonial da entidade, compreendendo os bens e direitos (que compõem o ativo financeiro e o ativo permanente), as obrigações (que compõem o passivo financeiro e o passivo permanente) e as Contas de Compensação, em que serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio da entidade.

6.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do município no fim do exercício está assim demonstrada:

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
Bancos	R$ 618.213.675,36	Restos a Pagar - Despesas não Processadas	R$ 82.085.469,57
Pagamentos Antecipados	R$ 529.530,50	Restos a Pagar - Despesas Processadas	R$ 20.343.097,28
Responsabilidades Financeiras	R$ 200,00	Depósitos	R$ 358.039,77
Outras Operações	R$ 155,10	Consignações	R$ 8.169.634,60
Diversos Responsáveis	R$ 19.069,83		
Contas Pendentes Devedoras	R$ 13.035,09		
Outras Contas Pendentes Devedoras	R$ 47.920,84		
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	**R$ 618.823.586,72**	**TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO**	**R$ 110.956.241,22**
Bens Móveis	R$ 198.115.882,46	Dívida Fundada Interna - Por Contratos	R$ 318.433.918,81
Semoventes	R$ 17.000,00	Dívida Fundada Externa - Por Contratos	R$ 105.009.268,23
Bens Imóveis	R$ 1.914.191.652,49	Débitos Consolidados	R$ 1.642.124,76
Almoxarifado	R$ 3.028.373,40		
Créditos Dívida Ativa	R$ 68.256.357,48		
Demais Créditos	R$ 180.155.064,69		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	**R$ 2.363.764.330,52**	**TOTAL DO PASSIIVO PERMANENTE**	**R$ 425.085.311,80**
TOTAL ATIVO REAL	**R$ 2.982.587.917,24**	**TOTAL PASSIVO REAL**	**R$ 536.041.553,02**
		TOTAL ATIVO LÍQUIDO	**R$ 2.446.546.364,22**
TOTAL ATIVO	**R$ 2.982.587.917,24**	**TOTAL PASSIVO**	**R$ 2.982.587.917,24**
Fonte: Anexo 14 - Balanço Patrimonial			

6.2. Demonstração da Dívida Pública

6.2.1. Dívida Fundada

Segundo o art. 98 da Lei nº. 4.320/1964 a dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou o financeiro de obras e serviços públicos.

Abaixo demonstra-se os valores referentes à dívida contratual do município no tocante as contribuições previdenciárias das quais foram realizados parcelamento com base na Lei n. 10.522/2002 e MP nº. 778/2017.

Movimentação da Dívida Fundada Interna	Valor (R$)
Saldo do Exercício Anterior em Circulação	R$ 201.614.024,78
(+) Emissão da Dívida	R$ 172.574.803,17
(-) Resgate da Dívida	R$ 54.112.784,38
Saldo para o Exercício Seguinte	**R$ 320.076.043,57**
Fonte: Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada	

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal do Brasil completa a base legal da Dívida Fundada, que são de dois tipos: DÍVIDA FUNDADA INTERNA: que compreende os empréstimos por títulos ou contratos de financiamentos, dentro do país. E DÍVIDA FUNDADA EXTERNA: que são os empréstimos contratados ou títulos lançados no exterior.

Como Dívida Fundada externa houve a emissão no valor de R$ 79.088.017,13 (setenta e nove milhões oitenta e oito mil dezessete reais e treze centavos), oriunda do Contrato de Empréstimo nº 4917/OC-

BR entre o Município de Parauapebas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, firmado no dia 29/10/2020, pelo valor total de US$ 70.000,00 (setenta milhões de dólares).

Movimentação da Dívida Fundada Externa	Valor (R$)
Saldo do Exercício Anterior em Circulação	R$ 79.088.017,13
(+) Emissão da Dívida	R$ 25.921.251,10
(-) Resgate da Dívida	R$ -
Saldo para o Exercício Seguinte	**R$ 105.009.268,23**
Fonte: Anexo 16 - Demonstração da Dívida Fundada	

6.2.2. Dívida Flutuante

Designa-se dívida fluente aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, que na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, que para atender as momentâneas necessárias de caixa.

No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

Movimentação da Dívida Flutuante	Valor (R$)
Saldo do Exercício Anterior	R$ 88.424.650,93
(+) Formação da Dívida	R$ 339.763.007,87
(-) Baixa da Dívida	R$ 317.231.417,58
Saldo para o Exercício Seguinte	**R$ 110.956.241,22**
Fonte: Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante	

A evolução da dívida flutuante, nos últimos quatro anos, e a sua relação com o ativo financeiro em cada exercício são assim demonstradas:

Saldo da Dívida Flutuante	2018		2019		2020		2021	
	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%	Valor (R$)	%
Saldo do Exercício Anterior	R$ 38.608.118,37	82,22	R$ 84.849.979,96	62,99	R$ 88.424.650,93	35,16	R$ 110.956.241,22	17,93
Fonte: Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante								

7. Análise do Cumprimento de Limites

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais.

Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

> Art. 25
> (...)
> IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:
> a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
> **b)** cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;
> c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

7.1. Aplicação dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Componentes - Educação	
Despesa Liquidada	**% Aplicado**
R$ 348.261.109,11	32,52

7.1.2. Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais

do magistério da educação básica em efetivo exercício. **Evidencia-se que o Município aplicou o percentual de 76,66% dos recursos oriundos do FUNDEB**, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, cumprindo o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei n° 11.494/2007.

7.2. Aplicação dos Recursos em Saúde

Mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2021 – artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77, III e § 4º, ato das disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

No exercício em análise foram executadas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R$ 368.339.216,20, correspondente a 35,74% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior do limite mínimo, fixado por esta Administração em 17%.

7.3. Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

> a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
>
> b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
>
> **c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.**

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R$ 2.797.804.947,18, resultando em um valor médio mensal de R$ 233.150.412,27.

1. Receitas Correntes	**Acumulado**	
Receita Tributária	R$	350.174.516,58
Receita de Contribuições	R$	27.682.594,12
Receita Patrimonial	R$	16.430.873,77
Receita de Serviços	R$	13.123.493,15
Transferências Correntes	R$	2.516.850.595,84
Outras Receitas Correntes	R$	12.490.263,95
I) TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**R$**	**2.936.752.337,41**
2. Deduções	**Acumulado**	
Restituições de Receitas Diversas	R$	110.182,06
Deduções - FUNDEB	R$	138.837.208,17
II) TOTAL DAS DEDUÇÕES	**R$**	**138.947.390,23**
3. Receita Corrente Líquida	**Acumulado**	
Receita (I-II)	R$	2.797.804.947,18
Média da Receita Corrente Liquída Arrecadada nos últimos 12 meses	R$	233.150.412,27
Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente		

7.4. Despesas com Pessoal (Consolidado)
Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

> Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
> I - União: 50% (cinquenta por cento);
> II - Estados: 60% (sessenta por cento);
> III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R$ 941.167.905,16, equivalendo a 33,64% da receita corrente líquida arrecadada neste exercício, inferior ao limite legal de 54% e 16,54% abaixo do limite prudencial – 51,30%, ambos determinados pela LRF, art. 20 parágrafo único e incisos I, II e III.

8. Controle Interno

Tem por objetivo da Controladoria do município, acompanhar e fiscalizar a Gestão Fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ações quanto à verificação de procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público. O Controle Interno em uma entidade desempenha como objetivo maior, a segurança do patrimônio, além de gerar eficiência na consecução do objetivo social, o que se manifesta como resultado e, obviamente, são ferramentas de apoio à contabilidade.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Resolução CFC nº 1.135/08 de 21 de novembro de 2008 - NBC T 16.8 – Controle Interno - estabelece referenciais para o Controle Interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.

Assim, com base nos objetivos institucionais esperados da Controladoria Geral do Município, ressaltando que a opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desta controladoria, nem tão pouco isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Concluímos que as gestões orçamentárias, contábeis, financeiras, patrimoniais e administrativas do Poder Executivo, no período analisado estão sendo exercida de forma satisfatória, não tendo conhecimento de qualquer fato que desabone a conduta de qualquer servidor ou que comprometesse.

À gestão, que mantém em ordem os documentos e bens públicos municipais, salvo o melhor juízo, ciente de que os relatos estão sujeitos à comprovação por todos os meios legais admitidos.

JULIA BELTRAO DIAS PRAXEDES:00545727111
Assinado de forma digital por JULIA BELTRAO DIAS PRAXEDES:00545727111

Júlia Beltrão Dias Praxedes
Controladora Geral do Município
Decreto nº 767/2018